

Comissão aguarda proposta

O prazo para apresentação de sugestões à Comissão de Modernização da Câmara foi estendido até amanhã. Mais de 100 propostas de deputados, no sentido de se aumentar a eficiência no funcionamento administrativo e legislativo da Câmara, já chegaram à comissão. A próxima reunião, marcada para quarta-feira, deve ser adiada, em função do novo prazo. A comissão tem que concluir seus trabalhos até junho.

O sub-relator Roberto Magalhães (PFL-PE) disse que o sentimento que se vem percebendo a partir das sugestões recebidas é de que o voto de liderança precisa ser abolido politicamente, já que não consta do regimento, e de que o tempo para votações deve ser aumentado. "Ontem passamos duas horas e meia discutindo para não votar nada. Alguns dias da semana, provavelmente terça, quarta e quinta-feira, poderiam ser exclusivamente para votação, ficando os discursos para segunda e sexta", disse Magalhães.

Ainda no plano legislativo, a comissão recebeu propostas para que se defina um plano anual, priorizando alguns assuntos, que receberiam tratamento especial na elaboração da pauta. Magalhães disse que a proposta patrocinada por Nelson Jobim, relator-geral da comissão, formando uma assessoria técnica em cada comissão permanente, tem bastante força. O deputado lembrou que se não houve modificações em decorrência dos trabalhos da Comissão de Modernização, a responsabilidade será da Mesa da Câmara, "o órgão Executivo". Uma das propostas mais polêmicas, apresentadas por Adylson Motta (PDS-RS), é de que o recesso de fim de ano acabe, dando lugar a um recesso mensal de 10 dias. Os deputados trabalhariam 20 dias por mês, passando o resto do tempo na base.

O deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) quer dar ao Congres-

so todas as atribuições do Tribunal de Contas da União (TCU): sugere a criação de uma "controladoria", órgão que ficaria encarregado de fiscalizar todos os atos do Executivo.

Essas sugestões serão encaminhadas no final da semana ao relator, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), junto com as propostas que devem dar entrada até sexta-feira. A comissão trabalhará com duas idéias básicas: primeiro, rediscutir a função dos sete mil funcionários da Casa, dos quais apenas 131 trabalham nas comissões ou na Assessoria Legislativa. A segunda idéia é transformar o Congresso no centro do debate político nacional e formação de leis. Um levantamento feito pelos partidos de oposição aponta que no ano passado apenas 12% das leis foram elaboradas pelo Congresso Nacional e 82% ficaram a cargo do Executivo.

O deputado Clóvis Assis (PDT-BA) quer acabar com a cassação de mandato por faltas e descredenciar os jornalistas que ofenderem qualquer deputado. Sugere ainda três semanas de votações com uma semana dedicada ao trabalho no Estado.

O deputado Jesus Tajra (PFL-PI) quer proibir as conversas de plenário e acabar com as concentrações nos microfones de apartes. Uma outra sugestão é retirar os jornalistas e assessores do plenário. Cada um teria um local específico em galerias ou tribuna de imprensa para acompanhar as sessões. Há outros que vão no sentido contrário. Ao invés de dois postos avulsos para votação querem quatro — um mecanismo que só aumentaria a concentração de parlamentares na parte central do plenário. Há, inclusive, a proposta de que 170 deputados fiquem em Brasília durante todo mês preparando matérias para votação, enquanto os demais, com remuneração menor, só se apresentam na votação.